

ESPLANADA GERAL

10 de agosto: dia de cobrança

Em 8 de julho, no momento do fim da greve, o ministro do Planejamento assumiu o compromisso de apresentar uma proposta de "recomposição remuneratória dos servidores do PCC, ou planos correlatos". Marcou um cronograma de reunião de negociação dos servidores com a SRH. A primeira seria em 15.07 e, em 10.08, previu-se uma audiência com o próprio ministro para "avaliar o processo".

Mas até o momento, do cronograma original, somente uma reunião, neste dia 03.08, estaria mantida.

Chega de Enrolação!

Está claro, para o servidor, que até aqui a "avaliação do processo" é que o Governo continua enrolando e que só sairá alguma proposta se mantivermos a pressão popular e a mobilização.

É por isso que o Sindsep-DF está convocando os servidores para uma vigília no dia 10, durante a audiência com o



Lindomar Cruz/ABR

ministro (assim que o horário da audiência for fixado, será dada ampla divulgação).

Veja abaixo o calendário de assembléias por local de trabalho, que vão preparar o dia 10.

O aprofundamento da crise política mais uma vez demonstra que é a

política da privatização, terceirização e subordinação ao superávit primário que leva à corrupção. Não vamos nos intimidar nem paralisar nossa luta em função da crise. Ao contrário, vamos mostrar ao Governo que não estamos acomodados, e que vamos à vitória!

Governo concede aumento para Ministros do STF

O Governo alega que não possui recursos para conceder aumento para os servidores públicos ainda este ano. No entanto, o Presidente Lula sancionou, dia 27.07, a lei nº 11.143 que aumenta o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República para R\$ 21,5 mil, retroativo a janeiro deste ano. A lei prevê ainda um novo reajuste para janeiro de 2006, quando as duas categorias passam a receber R\$ 24,5 mil. Hoje, um ministro do STF recebe R\$ 19,1 mil por mês e o procurador-geral R\$ 12,8 mil. A estimativa do impacto

do primeiro aumento no orçamento do Judiciário é de R\$ 484 milhões. Em 2006, deve subir para R\$ 710 milhões.

Em causa própria

A justificativa do STF, no projeto de lei, é que a despesa cumpre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes aos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário. Sendo assim, esse mesmo argumento devia valer também para o reajuste dos demais servidores, mas o governo mantém o arrocho que já atingiu 18% somente durante o mandato de Lula. Por que será, hein?

Calendário de Assembléias Locais

Dia	Órgão	Hora	Local
04.8 (5ª feira)	Min. Saúde	10h	3º andar do anexo
05.8 (6ª feira)	DRT	10h	Auditório
08.8 (2ª feira)	Anvisa	12h	Portaria
08.8 (3ª feira)	Min. Transportes	15h	Túnel do 3º andar do anexo
09.8 (3ª feira)	Min. Planejamento	10h30	Portaria
09.8 (3ª feira)	MF/Órgãos Regionais	11h	Auditório do 11º andar
09.8 (3ª feira)	Funasa/Presidência	10h	Delegacia
09.8 (3ª feira)	DIN	12h	Portaria
09.8 (3ª feira)	AGU	10h	Frente do órgão

Sexta Cultural

O Sindsep-DF realizará nesta sexta, a quinta edição do projeto Sexta Cultural.

Venha forrozar ao som da Banda Kalanguetal com os maiores sucessos do forró pé-de-serra.

Dia: 05 de Agosto – 18h – No Espaço do Servidor

PROGRAMAÇÃO DO DIA 10

- Manhã: mobilização nos locais de trabalho
- A partir das 12h: concentração no Espaço do Servidor
- 13h: Assembléia Geral – Espaço do Servidor – seguida de atividades de vigília

Mesa setorial do MRE



Após anos de insistência, tanto do Sindsep-DF quanto da Condsef, o secretário geral do MRE, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, autorizou a instalação da Mesa Setorial de Negociações Permanentes do MRE, em cumprimento a uma norma do Palácio do Planalto. O secretário geral determinou que a diretora do DSE/MRE, ministra Cláudia D'Angelo, prepare os mecanismos para a instalação e o funcionamento da mesa e da pauta de reivindicações

apresentada pelo Sindsep-DF, composta por 23 itens. Ao final da reunião, que também contou com a presença de representantes da CUT-DF, SGEX – embaixador Almir Barbuda, e DSE, o secretário geral declarou-se favorável à elaboração de um plano único de carreira do MRE, melhores salários, tabela salarial no exterior e que todos os servidores façam cursos de reciclagem. O Sindsep-DF aguarda a publicação do regimento da Mesa para iniciar os trabalhos.

Previdência

O ministro da Previdência, Nélson Machado, concordou em intermediar as negociações entre os servidores em greve do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Ministério do Planejamento. A greve dos servidores do INSS começou há mais de 50 dias. O que impede a volta ao trabalho é a falta de acordo sobre as gratificações de desempenho: os grevistas desejam a bonificação uniforme para trabalhadores da ativa e aposentados, enquanto o governo propôs reajustes diferenciados e de acordo com a produção.

Ibama



Em assembléia convocada pelo Sindsep-DF, dia 26.07, os agentes de fiscalização do Parque Nacional de Brasília não aprovaram a nova escala de plantão, sugerida pela diretoria do Parque. Por unanimidade, os fiscais decidiram manter a escala de plantão atual, e ainda requerer duas folgas mensais, além do pagamento de periculosidade, já que os agentes portam armas de fogo durante a fiscalização do Parque e trabalham no combate a queimadas.

Decreto dos DAS

O Decreto nº 5.497, de 21 de junho de 2005, determina que 75% dos cargos em comissão DAS (Direção e Assessoramento Superiores) para os níveis 1, 2 e 3, e 50% dos cargos em comissão DAS de nível 4, sejam ocupados exclusivamente por servidores de carreira. Mas o que impede a conversão dos cargos 1,2 e 3, em 4, 5, 6, para favorecer a indicação de não servidores, obedecendo, é claro, o percentual determinado no referido Decreto?

Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Joel de Oliveira, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda – Fotos: MI Management – Projeto Gráfico e Diagramação: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Meicar Carvalho Campos – Tiragem: 10.000 – Impressão: Intergraf

CUT tem novo presidente

A Executiva da CUT elegeu, dia 29.07, João Felício, para assumir a presidência da Central em substituição a Luiz Marinho que aceitou ser nomeado Ministro do Trabalho. Diante dessa nomeação, o Sindsep-DF, já enviou moção à CUT reafirmando os princípios da liberdade e autonomia sindical: “atuar e se organizar de forma independente do Estado, do governo e do patronato e de forma autônoma em relação aos partidos e agrupamentos políticos” (Estatuto da CUT)

João Felício, que é professor da rede pública de São Paulo, foi presidente da central, de 2000 a 2003, e neste mandato ocupava o cargo de secretário-geral.

Funasa

Foi instalada, dia 28.07, a Comissão Paritária que detalhará tecnicamente os trabalhos e estudos sobre a redistribuição dos servidores da Funasa. A comissão é formada por três representantes da Funasa, um do MS, um da Secretaria de Vigilância em Saúde e dois representantes de cada entidade nacional. Sendo que, por conta da greve, ainda em curso, da Fenasp e CNTSS, a princípio apenas dois representantes da Condsef fazem parte da comissão. A próxima reunião ficou agendada para o dia 10.08, quando estaremos paralisados para audiência geral com o Ministério do Planejamento.

Decreto autoriza pagamento dos dias parados

Foi publicado no Diário Oficial da União, de segunda-feira, dia 01.08, o Decreto nº 5.500, de 29 de julho de 2005, que autoriza os Ministérios a não cortar o ponto dos servidores que participaram da greve. A compensação das faltas será feita por meio de um plano de reposição de trabalho, com a assistência da SRH do MP, sem prejuízo da remuneração dos servidores.

Retorno imediato das tropas brasileiras do Haiti

No dia 21 de julho, uma delegação de sindicalistas e militantes políticos protocolou no Palácio do Planalto uma carta cobrando do Governo explicações sobre o massacre de civis no Haiti, promovido por tropas da ONU, sob o comando do exército brasileiro. Dirigido ao Presidente Lula, o documento é assinado pelo vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, deputado Luiz Couto (PT-PB), por sindicalistas



e por dirigentes do Partido dos Trabalhadores e Partido Popular e Socialista. O ataque ao bairro operário de Cite Soleil, em Porto Príncipe, resultou na morte de pelo menos 20 pessoas,

entre elas, quatro crianças. A Senadora Serys Shlessarenko também encaminhou pedido de audiência com a Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, para a delegação tratar do assunto.